



REPÚBLICA
PORTUGUESA

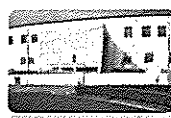
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE



Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de setembro de 2020

Aprouva
29/11/2020

Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco *** Capital Estatutário: € 16.200.000 *** NIPC 509 309 844
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2020, visa dar cumprimento ao previsto na alínea c) do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta de Contrato-Programa que consta do Plano da Atividades e Orçamento para o ano de 2020 submetida à Tutela.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do Contrato-Programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
I – Execução Orçamental	5
II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2019	8
A – Gastos e Perdas	8
B – Rendimentos e Ganhos	11
III – Recursos Humanos	12
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
Anexo I – Gastos e Perdas	17
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	18
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	19
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	19



INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB durante o período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2020, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o Contrato-Programa.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2019 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 7 do art.º 158.º do DL 84/2019, de 28 de junho), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2019 ficou marcado pelo agravamento da situação económico-financeira da ULSCB, com a dívida a ultrapassar os 24 M€ e o PMP a fixar-se nos 127 dias. Em comparação com o período homólogo, a dívida cresceu 7M€ e o PMP aumentou 57 dias. Esta realidade resulta do incremento verificado ao nível dos gastos, nomeadamente com pessoal (+3 M€) e fornecimentos e serviços externos (+1 M€), que não foi devidamente compensado do lado da receita, apesar da atribuição de reforço de financiamento para pagamento de dívida no montante de 1,3 M€ (Desp. 278-A/2019/SEO), para além de 74 mil euros para aplicação em despesas com pessoal (Desp. 28-A/2019/SEO).

Para o corrente exercício, a atribuição de 2,4 M€ no final do primeiro trimestre para cobertura de prejuízos, para além de 830 mil euros para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento do Covid 19, e mais 1.007.150 euros de adiantamento ao Contrato-Programa para pagamento de dívidas em atraso, aliados à atribuição de uma dotação mensal adicional de 300 mil euros desde abril, permitiram aliviar a situação financeira existente em 31/12/2019 até ao pagamento do subsídio de férias e respetivas retenções. Neste terceiro trimestre, o efeito conjugado da diminuição das disponibilidades de tesouraria com a quebra acentuada ao nível da receita própria de taxas moderadoras (principalmente nos cuidados primários, mas também na atividade hospitalar) fez com que a situação tenha piorado, com a dívida a crescer 1,35 M€ face ao trimestre anterior.

Passando à análise aos resultados alcançados no período em análise, verificamos que o resultado líquido do período ascende a 2,8 M€ negativos, enquanto que no período homólogo de 2019 se tinha fixado nos -4,9 M€, o que representa uma melhoria na ordem dos 2 M€, o mesmo ocorrendo ao nível do EBITDA que se fixa nos 1,6 M€ negativos (-3,8 M€ no ano anterior). Em termos orçamentais a cobrança foi superior ao período homólogo em 19,25% (+9,8 M€) e a despesa paga cresceu 18,58% (+9,4 M€), o que decorre do facto de termos recebido os reforços acima mencionados. Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos estão abaixo do referencial teórico para o período (75%) chegando aos 73,09%, e

ao nível dos rendimentos foi ligeiramente mais baixa, fixando-se nos 72,93%, com os rendimentos do Contrato-Programa a chegarem aos 72,87%, ou seja menos 1,6 M€ face ao expectável.

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

- Da execução no período resultou um aumento de 2,4 M€ em termos de dotação correspondente a passivos financeiros (reforço para cobertura de prejuízos). Foram ainda feitos alguns reajustamentos do lado da despesa, contudo, fruto da necessidade em dar cobertura aos encargos transitados por pagar do ano anterior, as dotações são insuficientes na grande maioria das rubricas, pelo que estas alterações apenas se justificarão, nos próximos meses, em função dos montantes que se vierem efetivamente a pagar em cada rubrica.

Período: janeiro a setembro 2020

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	Dotação do Período (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/3)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	TAXA EXECUÇÃO relativa anual (7/2)
RECEITAS													
	<i>Receitas Correntes</i>		75.540.440	75.540.440	0,00%	0	56.655.330	58.120.381	102,59%	57.358.084	439.472	57.797.556	76,51%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	159.403	159.403	0,00%	0	119.552	579.422	484,66%	393.878	108.771	502.649	315,33%
06	Transferências correntes	413	2.255.100	2.255.100	0,00%	0	1.691.325	1.690.254	99,94%	1.214.743	0	1.214.743	53,87%
06	Transferências correntes	513	1.467	1.467	0,00%	0	1.100		0,00%		0	0	0,00%
06	Transferências correntes	540	102.150	102.150	0,00%	0	76.613	68.428	89,32%	68.428	0	68.428	66,99%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	397.959	397.959	0,00%	0	298.469		0,00%		0	0	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	50.842	50.842	0,00%	0	38.132		0,00%		0	0	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	72.092.848	72.092.848	0,00%	0	54.069.636	55.068.934	101,85%	55.068.934	0	55.068.934	76,39%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	316.112	316.112	0,00%	0	237.084	434.486	183,26%	224.203	278.816	503.019	159,13%
08	Outras receitas correntes	513	164.559	164.559	0,00%	0	123.419	278.857	225,94%	387.898	51.885	439.783	267,25%
	<i>Receitas de Capital</i>		1.309.391	3.714.523	183,68%	2.405.132	3.387.175	2.880.643	85,05%	2.880.643	0	2.880.643	85,05%
12	Passivos Financeiros	432	1.309.391	1.309.391	0,00%	0	982.043	475.511	48,42%	475.511	0	475.511	36,32%
12	Passivos Financeiros	721	0	2.405.132		2.405.132	2.405.132	2.405.132	100,00%	2.405.132	0	2.405.132	100,00%
Total Receitas													
			76.849.831	79.254.963	3,13%	2.405.132	60.042.505	61.001.024	101,60%	60.238.727	439.472	60.678.199	76,56%

- Ao nível da receita, a taxa de execução da cobrança foi de 76,56%, ficando acima da dotação teórica para o período (+636 mil euros), pelo facto de termos recebido e cobrado a totalidade da verba indicada na FF 721 (2,4 M€ para cobertura de prejuízos), e porque na RCE 04 a dotação inicial, corrigida pela

DGO, é na realidade muito baixa e, assim sendo, a execução está muito acima da estimada para o período.

- A FF 511 também supera em 1 M€ a previsão do período, correspondendo à verba recebida para pagamento de dívidas, conforme indicado na nota introdutória.
- Quanto às FF relacionadas com projetos cofinanciados (FF 432, 361, 362 e 413 para remodelação do HAL, POSEUR e SAMA) estão globalmente com uma taxa de execução de 42,12% devido a atrasos nas obras em curso motivados pela pandemia e problemas concursais (POSEUR – anulação do concurso da caixilharia). Individualmente, a taxa de execução mais baixa é a do projeto SAMA com 13,75%, seguindo-se o POSEUR com 40,9% e por fim a Remodelação do HAL chega aos 50,6%.
- Em termos de liquidações, a taxa de execução do período ficou ligeiramente acima do expectável (+1,6 p.p.), tudo decorrente da liquidação da totalidade da verba da FF 721.
- De referir, por fim, que se estima uma perda de receita relacionada com o Covid na ordem dos 386 mil euros neste período.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	Dotação do Período (3)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/3)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	TAXA EXECUÇÃO relativa anual (7/2)
DESPESAS													
			72.237.052	74.714.188	3,43%	2.477.136	54.631.256	77.702.336	142,23%	39.415.455	18.080.946	57.496.401	76,96%
01	Despesas com pessoal	511	46.373.577	46.376.483	0,01%	2.906	32.786.255	36.546.543	111,47%	33.206.542	1.585.747	34.792.289	75,02%
01	Despesas com pessoal	513	0	110.646		110.646	82.985	135.283	163,02%	135.052	166	135.218	122,21%
02	Aquisições de bens e serviços	511	25.373.528	25.398.803	0,10%	25.275	19.049.102	38.141.450	200,23%	5.847.516	14.127.094	19.974.610	78,64%
02	Aquisições de bens e serviços	513	0	16.995		16.995	12.746	14.919	117,05%	14.919	0	14.919	87,78%
02	Aquisições de bens e serviços	540	102.150	102.150	0,00%	0	76.613	60.405	78,84%	60.405	0	60.405	59,13%
02	Aquisições de bens e serviços	361	25.600	25.600	0,00%	0	19.200		0,00%	0	0	0	0,00%
02	Aquisições de bens e serviços	413	145.063	145.063	0,00%	0	108.797		0,00%	0	0	0	0,00%
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	2.366.886		2.366.886	2.366.886	2.366.886	100,00%	0	2.366.886	2.366.886	100,00%
03	Juros e outros encargos	511	11.534	11.829	2,56%	295	8.872	10.064	113,44%	9.331	733	10.064	85,08%
03	Juros e outros encargos	513	0	4.000		4.000	3.000	39	1,30%	39	0	39	0,98%
04	Transferências Correntes	511	13.762	13.762	0,00%	0	10.322		0,00%	0	0	0	0,00%
06	Outras despesas correntes	511	190.447	141.971	-25,45%	-48.476	106.478	426.747	400,78%	141.651	320	141.971	100,00%
06	Outras despesas correntes	513	1.391	0	-100,00%	-1.391	0					0	
	Despesas de Capital		4.612.779	4.540.775	-1,56%	-72.004	3.377.643	4.117.250	121,90%	1.573.807	989.027	2.562.834	56,44%
07	Aquisição de bens de capital	361	372.359	372.359	0,00%	0	279.269	77.783	27,85%	0		0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	50.842	50.842	0,00%	0	38.132	0	0,00%	0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	2.110.037	2.110.037	0,00%	0	1.582.528	1.612.405	101,89%	700.325	197.948	898.273	42,57%
07	Aquisição de bens de capital	432	1.309.391	1.309.391	0,00%	0	982.043	475.511	48,42%	308.754	166.757	475.511	36,32%
07	Aquisição de bens de capital	511	130.000	150.000	15,38%	20.000	75.000	150.000	200,00%	150.000	0	150.000	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	513	640.150	509.900	-20,35%	-130.250	382.425	1.763.305	461,09%	414.728	586.076	1.000.804	196,27%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	38.246		38.246	38.246	38.246	100,00%	0	38.246	38.246	100,00%
Total Despesas			76.849.831	79.254.963	3,13%	2.405.132	58.008.898	81.819.586	141,05%	40.989.262	19.069.973	60.059.235	75,78%

- No que respeita à execução da despesa, a existência de encargos relacionados com o ano anterior (26,3 M€) origina a elevada taxa de execução do período (141,05%) no que se refere a compromissos assumidos, representando estes encargos 32,15% da execução ocorrida. Pelo que as RCE mais penalizadas são as que apresentam pagamentos de anos anteriores, principalmente as aquisições de bens e serviços cujos encargos correspondem a 88% dos transitados em dívida (23,2 M€).
- Devido à atual situação originada pela pandemia, foram assumidos encargos neste período na medida 095, na ordem dos 1,9 M€, para aquisição de diverso material e equipamentos destinados à prevenção, contenção, mitigação e tratamento do Covid 19.
- Em termos de pagamentos, a execução alcançou os 75,78%, destacando-se uma vez mais a RCE 02 com uma taxa de 79,9% pelos motivos anteriormente expostos, ficando as despesas com pessoal nos 75,13%, o que se pode considerar aceitável para este período.
- Ainda em relação aos encargos com pessoal, de realçar que a dotação mensualizada não inclui o subsídio de Natal, bem como os encargos correspondentes, pelo que se estima que a taxa de execução ao nível dos compromissos deverá, até final do exercício, superar a dotação em cerca de 2,5 M€.
- De referir ainda a reduzida execução (ou inexistente) ao nível das RCE com FF 361, 362, 413 e 432, pelos motivos já apresentados relativamente à receita, situando-se globalmente nos 34,2%.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução aumenta 19,53% nas liquidações (+10 M€), por incluir os 2,4 M€ para cobertura de prejuízos (FF721), por apresentar uma execução superior em 1,2 M€ em relação a projetos cofinanciados, para além do acréscimo ocorrido ao nível do adiantamento mensal do Contrato-Programa face ao ano anterior (+6,4 M€ na FF 511) onde se incluem os 830 mil euros de reforço para fazer face ao Covid e 1 M€ para pagamento de dívidas, conforme já referido na nota introdutória. Na cobrança, a variação de 19,25% justifica-se pelos mesmos motivos.

u.m.: euro				
Descrição	2019	2020	variação	%
Receitas				
- Liquidações	51.033.799	61.001.024	9.967.225	19,53%
- Cobrança	50.883.883	60.678.199	9.794.316	19,25%
Despesas				
- Compromissos	65.071.578	81.819.586	16.748.008	25,74%
- Pagamentos	50.649.550	60.059.235	9.409.685	18,58%

Quanto à despesa, o incremento nos compromissos de 25,74% (+16,7 M€) resulta em parte do facto de no ano anterior os encargos transitados terem sido inferiores aos do corrente ano em 9,3 M€. Em

comparação com o ano anterior, os compromissos cresceram 2,9 M€ nas despesas com pessoal, 12 M€ nas aquisições de bens e serviços e 1,9 M€ nas aquisições de bens de capital.

Quanto a pagamentos, a subida de 18,58% está em alinhamento com a cobrança adicional recebida e resulta do incremento ocorrido ao nível dos encargos com o pessoal (+2,7 M€), nos bens e serviços (+5,4 M€) e nas despesas de capital (+1,3 M€).

II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2019

A – Gastos e Perdas

- Globalmente, a execução ficou aquém (-2,54% / -1, 5 M€) da dotação mensualizada para o período (75%), não existindo desvios positivos que justifiquem, para já, qualquer motivo de preocupação, apesar da situação da pandemia instalada desde finais de março, conforme poderá ser observado no anexo I ao presente relatório.
- Em termos homólogos (anexo II), porém, a situação é diferente, com uma variação global de 4,17% (+2,3 M€), ou seja, +1,9 M€ em comparação com o final do primeiro semestre.
- Ao nível das matérias de consumo verifica-se uma variação negativa de 0,1% (-7 mil euros) que decorre essencialmente da redução registada no material de consumo clínico (-3,4% / -82 mil euros), nomeadamente ao nível do material para tratamento (-28% / -234 mil euros) por termos deixado de adquirir material para as sessões de hemodiálise, em virtude do mesmo estar incluído na prestação de serviços em vigor, mas também nas próteses (-20,25% / -107 mil euros) e nos artigos cirúrgicos (-10% / -27 mil euros) devido à redução de alguma atividade operatória decorrente do Covid, mas, em contrapartida, em outro material de consumo clínico temos uma subida de 49,35% (+240 mil euros) devido ao material de proteção individual, bem como no material de laboratório que também cresce 65,53% (+26 mil euros) como consequência do número de análises realizadas. Nos restantes armazéns, de salientar o aumento nos reagentes e outros produtos farmacêuticos (+10,53% / +71 mil euros) devido ao Covid, e nos medicamentos o crescimento mantém-se muito reduzido (+0,48% / +20 mil euros). De realçar que o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representa cerca de 44% do consumo total e tem maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos e esclerose múltipla. Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que são para manter no corrente ano e que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no

cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM. Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo os artigos que possam ser menos vantajosos economicamente, recorrendo para o efeito aos armazéns avançados nos serviços, e reduzindo eventualmente alguns níveis de reposição de stocks.

- No que respeita aos FSE regista-se uma redução global de 1,81% (-245 mil euros), tendo sido registadas previsões num total de 1,26 M€ como já referido (657 mil euros nos subcontratos e 604 mil euros nos restantes fornecimentos e serviços) baseadas na média da faturação já recebida no corrente ano, por ainda não dispormos de toda a faturação nesta data, correspondendo a 9,47% do total dos gastos registados nestas rubricas. No conjunto das suas rubricas os subcontratos apresentam uma diminuição de 6,45% (-389 mil euros) que incide essencialmente nos meios complementares de diagnóstico (-19,92% / -654 mil euros) devido à quebra na procura e ao acesso condicionado aos serviços médicos não urgentes nos últimos meses. De realçar, também, que a situação anteriormente mencionada relacionada com a prestação de serviços para as sessões de hemodiálise já teve impacto em todo este período, enquanto que no ano anterior apenas se iniciou em junho, justificando o acréscimo que se verifica nos MCT (+9,48% / +242 mil euros). Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, temos um acréscimo de 7,02% nos serviços especializados, devido ao impacto nas rubricas de serviços técnicos de RH (+4,92% / +63 mil euros) onde os serviços relacionados com médicos crescem 12,95% (+146 mil euros), conservação e reparação (+9,58% / +79 mil euros), projetos e serviços de informática (+79,96% / +99 mil euros, decorrente de serviços relacionados com a virtualização de servidores, upgrade de monitores da UCIP, faturação eletrónica e projeto AIDA, por ex.), vigilância (+15,84% / +54 mil euros, por existir mais um posto de controlo de entradas) e honorários (+16,27% / +65 mil euros), sendo que parte destes acréscimos resultam de situações relacionadas com o Covid. Também decorrente da pandemia, os transportes apresentam uma diminuição de 13,1% (-208 mil euros), essencialmente devido ao decréscimo da atividade entre abril e junho. Ainda assim, apenas os gastos com transportes de bombeiros diminuem (-36,5% / -369 mil euros), já que, tanto nas empresas de transporte de doentes (+20,47% / +42 mil euros), como nos taxistas (+34,45% / +127 mil euros), a tendência é de crescimento, com o incremento nestes últimos a dever-se à atualização dos preços pagos (+0,03€ no preço do km e +2,11€ na hora de espera) e ao

facto de existir um maior número de transportes individuais devido à questão da pandemia. Se se verificar uma normalização da atividade nos próximos meses é expectável que ainda possam ser superados os gastos registados em 2019 na totalidade dos fornecimentos e serviços externos, tudo dependendo da evolução decorrente do Covid e dos constrangimentos no acesso aos cuidados. Ainda assim, e com o intuito de conseguirmos melhorar a eficiência na alocação dos recursos e uma consequente redução de gastos, manteremos as ações de sensibilização dos funcionários para o combate ao desperdício (eletricidade, água, combustíveis, consumíveis) e para a racionalização das prescrições de MCDT e de transportes, objetivando a melhoria dos resultados alcançados. Está também em execução um projeto aprovado no âmbito do POSEUR para melhoria da eficiência energética do edifício hospitalar, sendo deste modo esperados alguns resultados positivos na diminuição da fatura energética nos próximos meses.

- Em relação aos gastos com pessoal, o montante processado supera o registado no ano anterior em 7,19% (+2,4 M€) e incide essencialmente na remuneração base (+8,18% / +1,4 M€), nos encargos sobre remunerações (+7,51% / +465 mil euros), no trabalho extraordinário (+9,28% / +312 mil euros que correspondem a +26.078 horas), no subsídio de trabalho noturno e de turno (+18,99% / +224 mil euros) e no subsídio de férias (+9,05% / +136 mil euros) devido ao impacto dos aumentos registados no ano anterior e às subidas de escalão motivadas pela avaliação de desempenho, bem como das novas contratações decorrentes de necessidades durante o Covid. Os encargos relacionados com as atuais 112 contratações no âmbito da pandemia deverão originar um encargo estimado de 1,3 M€ até final do ano (considerando a renovação dos contratos para além do prazo inicial). Como este encargo não absorve a totalidade da verba prevista no orçamento para novas contratações, estima-se, nesta data, não ser necessário reforçar a dotação das rubricas de pessoal, até devido às aposentações previstas. Contudo, tem sido necessário recorrer à contratação de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e de outras áreas carenciadas de profissionais, com o impacto já mencionado anteriormente nos serviços técnicos de RH. Reportando-nos apenas a prestadores médicos com pagamentos por valor/hora, registou-se neste período¹ um incremento de 2.687 horas (+6,01%), correspondentes a mais 112.190 euros (+8,42%).
- No que respeita a outros gastos, os mais relevantes prendem-se com as amortizações que crescem 7,42% (+78 mil euros), estando ainda por concluir o processo de inventariação que nos tem obrigado a especializar mensalmente uma previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, num total de 600 mil euros neste período. Em outros gastos e perdas também se

¹ Valores corrigidos após reporte para ACSS/DGO



constata um aumento de 327,91% (+76 mil euros), que decorre essencialmente de faturação emitida em anos anteriores à ARSC e que foi anulada.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 7 do art.º 158.º do DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	3T 2020 Exec.	3T 2019 Exec.	2020/2019	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	35.816.523 €	33.524.506 €	2.292.017 €	6,84%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	275.594 €	337.348 €	-61.754 €	-18,31%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	204.862 €	0 €	204.862 €	
Gastos com Deslocações (FSE)	58.424 €	63.444 €	-5.020 €	-7,91%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	48.523 €	51.862 €	-3.339 €	-6,44%
Gastos associados à frota automóvel	172.538 €	165.828 €	6.710 €	4,05%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	79.804 €	112.778 €	-32.974 €	-29,24%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1420	1305	115	8,81%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	8	-2	-25,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	2	2	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1412	1295	117	9,03%
N.º Trabalhadores/N.º CD	706	648	59	9,03%
N.º de viaturas	51	50	1	2,00%

- Aumento dos gastos com pessoal, pelos motivos já anteriormente descritos e pela existência de um maior número de colaboradores (+115);
- Quanto aos restantes encargos, existem reduções em quase todos eles, à exceção dos gastos associados à frota automóvel pelo facto de termos mais gastos de reparações e de alugueres de viaturas com o SUCH (em 2019 só temos faturação a partir de junho neste último item).
- Por fim, em relação aos gastos com estudos e pareceres, o decréscimo registado resulta dos serviços de fiscalização do Centro de Saúde da Sertã que existiram em 2019 e que deixámos de ter em 2020.

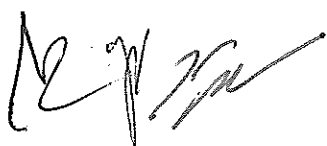
B – Rendimentos e Ganhos

- Em termos totais (anexo III), a execução ficou abaixo da dotação mensualizada do período em 2,75% (-1,6 M€) que resulta essencialmente do desvio nas prestações relacionadas com o Contrato-Programa (-2,85% / -1,6 M€), estando a ser registada a previsão com base nos recebimentos.

- Nas restantes rubricas, de realçar o desvio de -15,32% nas taxas moderadoras (-156 mil euros), devido à suspensão da atividade em face do Covid entre abril e junho e ao facto do processo de recuperação de taxas em dívida através do SITAM estar em suspenso devido a problemas ocorridos na integração dos pagamentos. Também se registam desvios negativos nas rubricas de outras entidades responsáveis (-47,24% / -231mil euros), mas em outros rendimentos e ganhos inverte-se a tendência do final do primeiro semestre com uma execução já superior em 54% ao valor anual estimado.
- Em termos homólogos (anexo IV) a situação de quebra nas taxas moderadoras é ainda mais significativa, com uma diminuição de 42,99% (-650 mil euros), muito por influência da redução na atividade nesta fase da pandemia como já referimos, bem como do fim das taxas de consulta nos cuidados primários, para além da inexistência de processo de recuperação de taxas em dívida através do SITAM que teve um forte impacto no início do ano de 2019.
- De resto, globalmente, os rendimentos evidenciam uma subida de 8,69% (+4,4 M€), com as prestações do Contrato-Programa a crescerem 9,74% (+4,8 M€), devido ao ajustamento realizado neste terceiro trimestre, atendendo à atualização ocorrida ao nível do adiantamento e às verbas de reforço recebidas, conforme foi aludido no relatório anterior.
- Ao nível do financiamento vertical (rendimentos relacionados com a faturação de migrantes) também existe um acréscimo de 209 mil euros, já que em 2019 apenas houve registos a partir do terceiro trimestre.
- De salientar, ainda, o facto de a faturação a outras entidades responsáveis estar a diminuir 17,71% (-56 mil euros), piorando também face a 30 de junho, representando apenas 0,48% do total da faturação relativa a prestações.
- Por fim, em outros rendimentos e ganhos, o aumento de 132,54% decorre da anulação de faturação da ADSE de anos anteriores (182 mil euros do ano de 2010) que foi dada como regularizada pela referida entidade.

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o período em análise e relativamente ao anterior trimestre continuou em ligeira curva ascendente, verificando-se também uma continuada alteração substancial relativamente ao período homólogo. As variações mais significativas continuaram a manifestar-se essencialmente na carreira de enfermagem, na carreira técnica superior de diagnóstico e terapêutica e na carreira de assistente operacional, conforme se pode constatar no quadro abaixo apresentado, fruto da declaração da situação de pandemia por COVID-19.



O aumento significativo de profissionais de saúde nestas carreiras ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços e uma gestão atempada eficaz e focada no controlo eficiente da pandemia provocada pelo COVID-19.

As obrigações assistências obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia COVID-19, criaram a necessidade de procedimentos que houve necessidade de manter e se mantêm, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais, de que são exemplo:

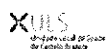
- a) - A duplicação de circuitos, com a criação de corredores para doentes COVID e não COVID;
- b) - A criação de áreas de atendimento próprias para doentes COVID (ADC);
- c) - O alargamento de horários devido à necessidade de evitar aglomeração de pessoas e doentes e garantir o distanciamento social;
- d) – A criação de novos serviços e alargamento de outros existentes.

Consequentemente, a nova organização criada, implicou a aplicação de uma gestão reforçada, mais abrangente e participada a diferentes níveis e patamares de execução, determinou a necessidade e reforço da limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB e, determinou ainda, a necessidade de descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos, requisitos que devido à situação de pandemia ainda ativa se mantêm.

Foi necessário continuar a dotar a área de diagnóstico e terapêutica, particularmente, na especialidade de análises clínicas tendo em conta a necessidade de colheita de material para realização dos testes COVID realizados no laboratório da ULSCB com vista a poder dar-se resposta em tempo útil, reduzir custos e garantir os respetivos resultados, bem como, outras áreas da carreira de TSDT que direta ou indiretamente tiveram de reforçar a sua capacidade para fazer face à manutenção da situação de pandemia.

São exemplo, diversos outros constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47 anos) e a idade média mais elevada (64 anos) com referência [60-70 anos] em alguns grupos profissionais, onde se verifica elevada taxa de absentismo com propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência

a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
(3º TRIMESTRE)

PESSOAL ACTIVO EM 30.09.2020 - 1.417 trabalhadores

01.07.2020 a 30.09.2020 - Dias Úteis

GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	CASAMENTO (1)	PARENTALIDADE (2)	FALTORES TO FAMILIAR (3)	COBICA (4)	ACCIDENTE TRABALHO (5)	ASSIST. FAMILIA (6)	TRAB. ESTUDANT. E (7)	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (8)	GREVE (11)	ILUSTIFICADAS (12)	ACT. SINDICAL (14)	COM. GRATUITA: FORMAÇÃO (16)	OUTRAS (13)	TOTAIS DIAS AUSÊNCIA	Média Faltas		% S/TOTAL FALTAS ULSCB
																MÉDIA DIAS CARREIRA	MÉDIA SITOTOTAL TRAB-ULSCB	
Pessoal Médico (inclui Internos)	228	15	546	16	314	1	53		1				601	3	1 350	6,80	1,09	29,41%
Técnico Superior de Saúde	19				10		16							1	27	1,42	0,02	0,51%
Pessoal de Enfermagem	525		1 014	40	634		45	5	1			4	5	3	1 751	3,34	1,24	33,23%
TSDT	95		117	2	136		56	10							321	3,38	0,23	6,09%
Pessoal de Informática	11		21				4					6			31	2,82	0,02	0,59%
Pessoal Docente	1														0	0,00	0,00	0,00%
Pessoal Dirigente (inclui Adm. Hosp.)	5				67										67	13,40	0,05	1,27%
Assistente Técnico	179			25	291		34							18	368	2,06	0,26	6,98%
Assistente Operacional	326		156	29	607	1	26							3	1 021	3,13	0,72	19,37%
Técnico Superior (RG)	28		119	4	2		6							3	134	4,79	0,09	2,54%
TOTAIS	1 417	15	1 973	115	2 281	2	240	15	2	0	0	10	606	31	5 270	3,72	3,72	100,00%
MÉDIA		0,01	1,39	0,08	1,60	0,00	0,17	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,43	0,02	3,72			

(*) Outras = Doação de sangue, Jurs, Serv. oficiais, Cumprimento de obrigações, Mesas eleitorais, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Int. Médico, Dispensas s/ efeitos remuneratórios

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 3º Trimestre de 2019/2020 e entre a fase anterior à situação de pandemia e o final do mês de setembro.

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						3º. TRIM				
TOTAL GERAL 2019				TOTAL GERAL 2020			TOTAL GERAL ≠ 2019/2020			≠ 20/20	≠ 20/20
Carreira/Categoria	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	jun/set	fev/set
Conselho Administração	5	5	5	3	3	3	-2	-2	-2	-1	-2
Administrador Hospitalar	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas	157	159	160	158	156	154	1	-3	-6	-4	-7
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	5	3	0	4	2	2	2
Méd. IIM - Formação Especif.	42	41	41	46	42	42	4	1	1	-5	-4
Méd. IIM - Formação Geral	28	28	27	28	28	29	0	0	2	0	-1
Téc. Superior Saúde	16	17	17	17	17	19	1	0	2	2	2
Téc. Superior	31	31	31	30	30	28	-1	-1	-3	-2	-2
Enfermagem	470	470	475	511	513	525	41	43	50	18	34
Téc. Diag. Terapêutica	75	75	76	95	95	95	20	20	19	1	18
Informática	11	11	11	11	11	11	0	0	0	0	0
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	169	169	168	179	180	179	10	11	11	1	5
Assistente Operacional	275	282	287	328	328	326	53	46	39	0	44
TOTAL - Efetividade funções	1283	1292	1302	1410	1411	1417	127	119	115	12	89
Pessoal fora da ULSCB	18	18	19	20	20	20	2	2	1	0	

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 30/09/2020 (22,1 M€) aumenta 2,8 M€ se comparada com o período homólogo (+1,67 M€ nos pagamentos em atraso), mas é inferior em 2,5 M€ face a 31/12/2019 (contudo +461 mil euros nos pagamentos em atraso).
- Considerando que no triénio 2017-2019 os gastos cresceram 10 M€ (7 M€ nos encargos com pessoal e 3 M€ nas aquisições de bens e serviços) e que o financiamento recebido não acompanhou este crescimento (apenas +2,8 M€ no financiamento), não será difícil de perceber que é inevitável que a atual situação da dívida se mantenha ou tenda a piorar, embora no ano em curso exista uma aproximação efetiva entre gastos e rendimentos devido ao acréscimo do financiamento já indicado.
- Por forma a conseguirmos manter esta dívida em níveis razoáveis, será necessário um esforço adicional nos próximos meses do lado dos gastos, o que não se adivinha ser uma tarefa fácil no atual contexto, para além de um reforço da dotação atual sem o qual dificilmente conseguiremos conter esta subida da dívida aquando do pagamento do subsídio de Natal no final do ano.
- De referir ainda que parte significativa desta dívida (5,6 M€) corresponde a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho.
- O crescimento da dívida originou, como seria de esperar, que o PMP crescesse de forma abrupta (+97 dias), fixando-se no final do período nos 160 dias.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), constata-se uma melhoria em 19 dias face ao ano anterior, devido à redução das dívidas da ACSS (-2,2 M€), nomeadamente por acertos ao Contrato-Programa de 2015.

Período: janeiro a setembro

u.m.: euro

	2019	2020	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	19.250.760	22.069.784	2.819.024	14,64%
Dívida vincenda	6.280.769	7.366.097	1.085.328	17,28%
Dívida vencida	12.969.992	14.703.688	1.733.696	13,37%
Pagamentos em atraso	8.403.560	10.071.168	1.667.608	19,84%
PMP ponderado (dias)	63	160	97	153,97%
PMR (dias)	86	67	-19	-21,73%



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Conforme referido no relatório do segundo trimestre, era expectável que a dívida voltasse a crescer a partir de julho, com o pagamento das retenções e contribuições relativas ao subsídio de férias, e tal veio a confirmar-se (+1,35 M€ neste trimestre), e continuará a agravar-se no quarto trimestre com a incidência do subsídio de Natal (até novembro a dívida já cresceu 2M€ face ao final do período em análise).
- Tal situação foi exposta à Tutela, mas não obtivemos qualquer resposta até à data.
- Embora o adiantamento do Contrato-Programa tenha sido reforçado (cerca de 330 mil euros mensalmente, para além dos acréscimos já aludidos na nota introdutória), tal é insuficiente para fazermos face ao acréscimo de encargos com pessoal, tanto mais que também existe uma quebra acentuada ao nível das taxas moderadoras, pelo que nos meses em que incidem os pagamentos dos subsídios (férias e Natal), ficamos com muito menos liquidez para a regularização de dívidas.
- Adicionalmente, com a atual incerteza relacionada com a pandemia, nos próximos meses a situação económico-financeira poderá degradar-se ainda mais, tanto ao nível da dívida, como do PMP ou do EBITDA, sendo necessário reavaliar a manutenção, nos atuais moldes, de determinados encargos e/ou contratos, tendo em vista uma redução de gastos que nos permita atenuar esta evolução já que, do lado dos rendimentos, a dependência face ao adiantamento mensal do Contrato-Programa, e o peso das prestações de utentes do SNS atendidos na ULSCB (cerca de 98% do total), inviabiliza qualquer reforço na receita própria que permita suportar encargos adicionais ou colmatar a carência ao nível do financiamento do Estado.

Castelo Branco, 25 de janeiro de 2021

O Conselho de Administração



Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2020

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	ORÇAMENTO MENSUALIZ. (2)	PROCESS. EM 30/09/2020 (3)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (3) - (2)	VARIAÇÃO RELATIVA (3) / (2)	EXECUÇÃO ANUAL em % (3) / (1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:						
61241	Produtos farmacêuticos	6.471.438	4.853.579	4.915.392	61.814	1,27%	75,96%
612411	Medicamentos	5.450.000	4.087.500	4.173.679	86.179	2,11%	76,58%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.021.438	766.079	741.714	-24.365	-3,18%	72,61%
61242	Material de consumo clínico	3.300.000	2.475.000	2.332.992	-142.008	-5,74%	70,70%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1.380	1.035	949	-86	-8,29%	68,78%
61243	Material consumo hoteleiro	115.000	86.250	84.087	-2.163	-2,51%	73,12%
61244	Material consumo administrativo	99.703	74.777	63.316	-11.462	-15,33%	63,50%
61245	Material manutenção/conservação	122.683	92.012	86.823	-5.190	-5,64%	70,77%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0		
	Total da conta 61	10.110.204	7.582.653	7.483.559	-99.094	-1,31%	74,02%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços						
62111	Meios complementares diagnóstico	4.381.164	3.285.873	2.630.966	-654.907	-19,93%	60,05%
62112	Meios complementares terapêutica	3.812.626	2.859.470	2.791.790	-67.680	-2,37%	73,22%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	0		
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	15.262	11.447	6.258	-5.189	-45,33%	41,00%
62115	Internamentos	210.000	157.500	188.108	30.608	19,43%	89,58%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0		
62119	Outros subcontratos	108.171	81.128	21.604	-59.524	-73,37%	19,97%
622	Serviços especializados	6.550.000	4.912.500	4.646.051	-266.449	-5,42%	70,93%
623	Materiais de consumo	50.119	37.589	29.374	-8.216	-21,86%	58,61%
624	Energia e fluidos	1.100.000	825.000	820.805	-4.195	-0,51%	74,62%
625	Deslocações, estadas e transportes	2.189.115	1.641.836	1.439.131	-202.705	-12,35%	65,74%
626	Serviços diversos	1.000.000	750.000	750.428	428	0,06%	75,04%
	Total da conta 62	19.416.457	14.562.343	13.324.514	-1.237.828	-8,50%	68,62%
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	350.000	262.500	287.190	24.690	9,41%	82,05%
632	Remunerações do pessoal	38.544.015	28.908.011	29.025.767	117.755	0,41%	75,31%
6321	Remunerações certas e permanentes	30.844.599	23.133.449	22.996.174	-137.275	-0,59%	74,55%
63211	Remuneração base	25.020.495	18.765.371	18.792.552	27.181	0,14%	75,11%
63212	Subsídio de férias	2.209.573	1.657.180	1.644.096	-13.084	-0,79%	74,41%
63213	Subsídio de Natal	2.060.252	1.545.189	1.488.680	-56.509	-3,66%	72,26%
63215	Subsídio de refeição	1.550.870	1.163.153	1.068.583	-94.569	-8,13%	68,90%
6321xx	Outros	3.409	2.557	2.263	-294	-11,50%	66,38%
6322	Abonos variáveis e eventuais	7.699.416	5.774.562	6.029.592	255.030	4,42%	78,31%
632204	Trabalho extraordinário	4.422.343	3.316.757	3.669.868	353.110	10,65%	82,98%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.626.715	1.220.036	1.404.857	184.821	15,15%	86,36%
6322xxx	Outros	1.650.358	1.237.769	954.868	-282.901	-22,86%	57,86%
633	Benefícios pós-emprego	1.354	1.016	1.033	17	1,68%	76,26%
634	Indemnizações	2.036	1.527	2.357	830	54,34%	115,75%
635	Encargos sobre remunerações	9.147.041	6.860.281	6.652.362	-207.919	-3,03%	72,73%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	199.195	149.396	153.761	4.364	2,92%	77,19%
637	Gastos de ação social	0	0	87	87		
638	Outros gastos com pessoal	45.131	33.848	8.888	-24.960	-73,74%	19,69%
639	Outros encargos sociais	164.486	123.365	165.535	42.170	34,18%	100,64%
	Total da conta 63	48.453.258	36.339.944	36.296.979	-42.965	-0,12%	74,91%
60	Transferências e subsídios concedidos						
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.403.041	1.052.281	1.131.792	79.511	7,56%	80,67%
65	Perdas por imparidade	250.000	187.500	0	-187.500	-100,00%	0,00%
67	Provisões do período	100.000	75.000	0	-75.000	-100,00%	0,00%
68	Outros gastos e perdas	75.000	56.250	99.350	43.100	76,62%	132,47%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	15.928	11.946	9.370	-2.576	-21,57%	58,83%
	TOTAL GERAL	79.823.888	59.867.916	58.345.563	-1.522.353	-2,54%	73,09%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2020

Código	Designação	PROCESS. EM 30/09/2019 (1)	PROCESS. EM 30/09/2020 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	4.824.664	4.915.392	90.728	1,88%
612411	Medicamentos	4.153.612	4.173.679	20.067	0,48%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	671.052	741.714	70.661	10,53%
61242	Material de consumo clínico	2.415.196	2.332.992	-82.204	-3,40%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	914	949	35	3,88%
61243	Material consumo hoteleiro	81.371	84.087	2.716	3,34%
61244	Material consumo administrativo	75.186	63.316	-11.870	-15,79%
61245	Material manutenção/conservação	93.704	86.823	-6.881	-7,34%
	Total da conta 61	7.491.033	7.483.559	-7.475	-0,10%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	6.027.674	5.638.725	-388.949	-6,45%
62111	Meios complementares diagnóstico	3.285.397	2.630.966	-654.431	-19,92%
62112	Meios complementares terapêutica	2.549.973	2.791.790	241.817	9,48%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	12.718	6.258	-6.461	-50,80%
62115	Internamentos	130.866	188.108	57.242	43,74%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	
62119	Outros subcontratos	48.720	21.604	-27.115	-55,66%
622	Serviços especializados	4.341.356	4.646.051	304.695	7,02%
623	Materiais de consumo	39.276	29.374	-9.903	-25,21%
624	Energia e fluidos	812.721	820.805	8.085	0,99%
625	Deslocações, estadas e transportes	1.657.437	1.439.131	-218.306	-13,17%
626	Serviços diversos	691.039	750.428	59.388	8,59%
	Total da conta 62	13.569.504	13.324.514	-244.989	-1,81%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	292.213	287.190	-5.023	-1,72%
632	Remunerações do pessoal	27.055.204	29.025.767	1.970.563	7,28%
6321	Remunerações certas e permanentes	21.350.414	22.996.174	1.645.760	7,71%
63211	Remuneração base	17.371.798	18.792.552	1.420.754	8,18%
63212	Subsídio de férias	1.507.665	1.644.096	136.431	9,05%
63213	Subsídio de Natal	1.465.469	1.488.680	23.211	1,58%
63215	Subsídio de refeição	1.003.146	1.068.583	65.437	6,52%
6321xx	Outros	2.335	2.263	-72	-3,09%
6322	Abonos variáveis e eventuais	5.704.790	6.029.592	324.802	5,69%
632204	Trabalho extraordinário	3.358.077	3.669.868	311.791	9,28%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.180.651	1.404.857	224.207	18,99%
6322xxx	Outros	1.166.062	954.868	-211.195	-18,11%
633	Benefícios pós-emprego	1.025	1.033	7	0,70%
634	Indemnizações	1.492	2.357	865	57,94%
635	Encargos sobre remunerações	6.187.855	6.652.362	464.507	7,51%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	166.039	153.761	-12.279	-7,40%
637	Gastos de ação social	0	87	87	
638	Outros gastos com pessoal	35.491	8.888	-26.603	-74,96%
639	Outros encargos sociais	122.535	165.535	43.000	35,09%
	Total da conta 63	33.861.854	36.296.979	2.435.124	7,19%
60	Transferências e subsídios concedidos				
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.053.618	1.131.792	78.174	7,42%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	23.218	99.350	76.132	327,91%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	12.073	9.370	-2.703	-22,39%
	TOTAL GERAL	56.011.300	58.345.563	2.334.263	4,17%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2020

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	ORÇAMENTO MENSUALIZ. (2)	PROCESS. EM 30/09/2020 (3)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (3)-(2)	VARIAÇÃO RELATIVA (3)/(2)	EXECUÇÃO ANUAL em % (3)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	1.357.500	1.018.125	862.146	-155.979	-15,32%	63,51%
7041xx	Outras taxas	25.000	18.750	15.614	-3.136	-16,73%	62,46%
	Total da conta 70	1.382.500	1.036.875	877.760	-159.115	-15,35%	63,49%
71	Vendas	0	0	0	0	0	0,00
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	0	0	3.267.952	3.267.952		
7201165	Valor capitolacional (ULS)	72.911.898	54.683.924	49.846.310	-4.837.614	-8,85%	68,37%
7201168	Internos	810.944	608.208	603.000	-5.208	-0,86%	74,36%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0		
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>73.722.842</i>	<i>55.292.132</i>	<i>53.717.262</i>	<i>-1.574.869</i>	<i>-2,85%</i>	<i>72,86%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	143.068	107.301	328.233	220.932	205,90%	229,42%
	<i>total da 72011 + 72012</i>	<i>73.865.910</i>	<i>55.399.433</i>	<i>54.045.495</i>	<i>-1.353.937</i>	<i>-2,44%</i>	<i>73,17%</i>
72013	Outras entidades responsáveis	653.403	490.052	258.575	-231.477	-47,24%	39,57%
	Total da conta 72	74.519.313	55.889.485	54.304.070	-1.585.415	-2,84%	72,87%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	81.006	60.755	68.428	7.673	12,63%	84,47%
76	Reversões	0	0	0			
78	Outros rendimentos e ganhos	206.001	154.501	317.282	162.781	105,36%	154,02%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0		
	TOTAL GERAL:	76.188.820	57.141.615	55.567.539	-1.574.076	-2,75%	72,93%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2020

Código	Designação	PROCESS. EM 30/09/2019 (1)	PROCESS. EM 30/09/2020 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	1.512.369	862.146	-650.223	-42,99%
7041xx	Outras taxas	36.360	15.614	-20.746	-57,06%
	Total da conta 70	1.548.729	877.760	-670.969	-43,32%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	
7201164	Incentivos institucionais	4.525.323	3.267.952	-1.257.371	-27,79%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	43.817.006	49.846.310	6.029.304	13,76%
7201168	Internos	607.760	603.000	-4.760	-0,78%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>48.950.089</i>	<i>53.717.262</i>	<i>4.767.173</i>	<i>9,74%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	119.224	328.233	209.009	175,31%
	<i>total da 72011 + 72012</i>	<i>49.069.313</i>	<i>54.045.495</i>	<i>4.976.182</i>	<i>10,14%</i>
72013	Outras entidades responsáveis	314.237	258.575	-55.662	-17,71%
	Total da conta 72	49.383.550	54.304.070	4.920.520	9,96%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	55.408	68.428	13.020	23,50%
76	Reversões	0	0	0	
78	Outros rendimentos e ganhos	136.442	317.282	180.839	132,54%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0,00%
	TOTAL GERAL:	51.124.129	55.567.539	4.443.410	8,69%

